

29 de Junho de 2010

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional (Base 2006) (Versão corrigida em 29-06-2010, às 18H)

1º Trimestre de 2010

No parágrafo sob a epígrafe “1º trimestre 2010 – Principais resultados” (pág. 3)

...a necessidade de financiamento externo da economia ascendeu a, onde se lia 9,3%, passou a ler-se 8,7% ... corrigido de acordo com o quadro respectivo (pág.5).

Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional

A necessidade de financiamento da economia diminuiu no ano acabado no 1º trimestre de 2010 atingindo 8,7% do PIB (9,3% no ano acabado no trimestre anterior). A taxa de poupança e a capacidade de financiamento das famílias continuaram a aumentar, embora mais moderadamente que o registado no trimestre precedente. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas apresentou uma pequena redução.

Nova série trimestral das Contas Nacionais Portuguesas por Sector Institucional

O Instituto Nacional de Estatística divulga a nova série das Contas Trimestrais por Sector Institucional (CTSI), que tem 2006 como o ano de base. Estes novos resultados trimestrais são consistentes com as Contas Nacionais Portuguesas (CNP) em Base 2006 para o período 1995 a 2007, divulgadas a 9 de Junho¹, complementadas agora com as contas anuais por Sector Institucional para o mesmo período.

No Destaque então publicado, referiram-se as principais alterações associadas à mudança de base, nomeadamente, ao nível das fontes: a apropriação plena pelas Contas Nacionais dos dados provenientes da Informação Empresarial Simplificada (IES) e a nova série de Comércio Internacional de bens. Estas alterações tiveram

naturalmente consequências nas Contas por Sector Institucional ao nível da capacidade/necessidade de financiamento, particularmente quando expressa em percentagem do PIB. Adicionalmente, com impacto particularmente significativo nas contas do Sector das Sociedades Financeiras (S12), deve-se referir que o INE, em complemento à IES, passou a dispor de nova informação sobre este sector, compilada pelo Banco de Portugal e pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Além das alterações nas fontes, como então referido, com a nova base houve oportunidade de proceder a alguns aperfeiçoamentos metodológicos, em linha com o SEC 95 e com as decisões e orientações do Eurostat. Além das alterações metodológicas, anteriormente referidas, na nova série de CNP, dado a seu interesse específico para as Contas por Sector Institucional, são de destacar ainda as seguintes:

¹ No mesmo dia foram também divulgadas novas séries de Contas Nacionais Trimestrais até ao 1º trimestre de 1/9

- Na Conta do Resto do Mundo, houve uma modificação na sua composição em termos do saldo de rendimentos e do saldo de transferências (aumentando-se o primeiro e reduzindo-se o segundo), em resultado da eliminação da intermediação dos subsídios recebidos da União Europeia. Esta modificação corresponde a orientações expressas do Eurostat e é consistente com as alterações introduzidas no domínio da contabilidade pública das entidades das Administrações Públicas (AP) responsáveis pela canalização destes fundos. Anteriormente, em alguns dos subsídios, era considerada uma etapa envolvendo uma função de intermediação daquelas entidades entre a União Europeia e os receptores finais. Esta alteração é contudo neutral para o saldo das AP. Também não afecta a necessidade de financiamento externo da economia, nem o Rendimento Disponível da Nação. Aumenta contudo o Rendimento Nacional Bruto.

- Em consequência sobretudo do maior volume de informação de base disponível, foram efectuadas reclassificações sectoriais de várias entidades, com particular incidência nos sectores das Sociedades Não Financeiras (S11), das AP (S13) e das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (S15), associadas em grande medida à avaliação da natureza, mercantil ou não mercantil, da sua actividade económica. No caso das AP, o seu âmbito foi alargado, passando a abranger 6 novas entidades na Administração Central (S1311) e 221 novas entidades na Administração Regional e Local (S1313). Em sentido oposto, foram excluídas do âmbito das AP, 2 entidades do subsector S1311 e 21 do subsector S1313. Estas reclassificações foram

oportunamente discutidas no âmbito do acordo de cooperação institucional no domínio das estatísticas das AP, envolvendo, além do Departamento de Contas Nacionais do INE, o Departamento de Estatística do Banco de Portugal e a Direcção-Geral do Orçamento. O alargamento do âmbito das AP foi um dos factores para a ligeira revisão em alta da respectiva necessidade de financiamento em 2006. Adicionalmente, também com impacto no sentido de ligeiro agravamento deste saldo, é de referir a apropriação de informação de base numa óptica de especialização do exercício, anteriormente não disponível, envolvendo um conjunto mais alargado de entidades das AP (nomeadamente ao nível dos subsectores S1311 e S1313). O efeito destas alterações no saldo das AP em percentagem do PIB foi mitigado pela revisão deste agregado.

- Ao nível das Sociedades Financeiras (S12) é de referir a anulação de Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos envolvendo sociedades financeiras residentes e não residentes, em linha com as orientações do Eurostat, com impacto no PIB (nas exportações líquidas de serviços) mas neutral no saldo deste sector. Também sobre o S12, é de referir que houve um conjunto de entidades que transitou para este sector, originalmente classificadas no S11, basicamente correspondendo a auxiliares financeiros.

Finalmente, deve-se ter em atenção que, na comparação com os resultados na base 2000, não foi compilada conta anual para 2007 nesta base, sendo o valor para este ano obtido por agregação dos trimestres. A conta anual para 2007 na nova base implicou uma revisão em alta quer do excedente bruto de exploração quer das

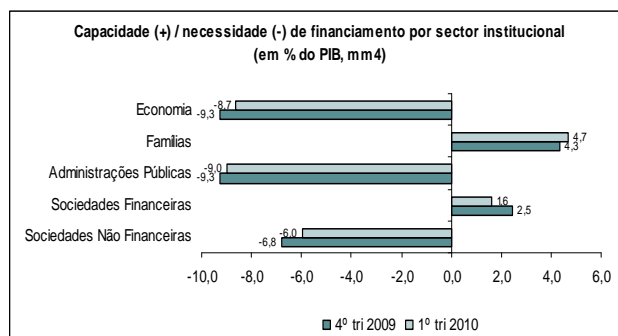
remunerações, essencialmente com impacto nos sectores institucionais S11 e S14.

Em anexo a este Destaque, reeditam-se os quadros Excel do Destaque de 9 de Junho sobre a nova série de Contas Nacionais, incluindo os referentes aos sectores institucionais (Quadros 3, 4.6, 4.8, 6 e 11). Adicionalmente, são também disponibilizados em ficheiros Excel os quadros com as Contas Trimestrais por Sector Institucional (do 1º trimestre de 1999 ao 1º trimestre de 2010).

Como é habitual nesta publicação, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se a somas ou médias móveis de 4 trimestres (mm4), ou seja, correspondentes ao ano acabado no trimestre de referência. Estas médias permitem eliminar flutuações de natureza sazonal e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na análise dos resultados trimestrais, as taxas de variação em cadeia comparam o ano acabado em cada trimestre com o ano acabado no trimestre precedente.

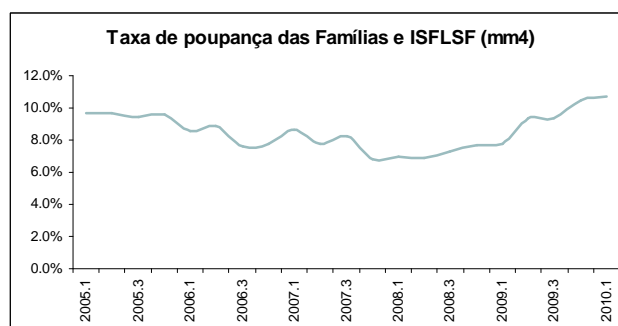
1º Trimestre 2010 – Principais resultados

No 1º trimestre de 2010 a necessidade de financiamento externo da economia ascendeu a 8,7% do Produto Interno Bruto (PIB), menos 0,6 pontos percentuais (p.p.) que o verificado no trimestre anterior. Esta redução traduziu uma melhoria dos saldos de todos os sectores residentes com excepção das Sociedades Financeiras, como se pode observar no gráfico seguinte.



Sector das Famílias²

A taxa de poupança continuou a aumentar no 1º trimestre de 2010, embora menos acentuadamente que no trimestre anterior. Efectivamente, a taxa de poupança situou-se em 10,7% do rendimento disponível neste trimestre, mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior e mais 1,4 p.p. que no 3º trimestre de 2009.



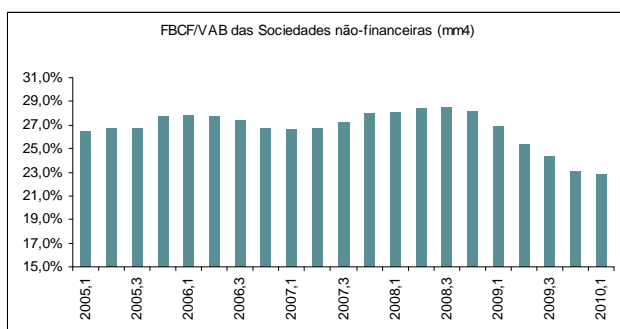
Os recursos gerados pela poupança conjuntamente com o saldo positivo das transferências de capital recebidas pelo sector das Famílias, associados ao decréscimo do investimento (Formação Bruta de Capital + Aquisições líquidas de cessões de activos não-financeiros não produzidos) conduziu à melhoria da capacidade de financiamento deste

² Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas (código S14) e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (código S15).

sector, cujo peso no PIB se situou em 4,7% no 1º trimestre de 2010, mais 0,4 p.p. e mais 1 p.p. que o registado respectivamente no 4º e no 3º trimestre de 2009.

Sectores das Sociedades (financeiras e não-financeiras)

O investimento no sector das Sociedades não-financeiras voltou a apresentar uma diminuição com uma taxa de variação em cadeia de -0,7%, embora menos intensa que a registada no 4º trimestre de 2009 (variação de -4,5%). Como se evidencia no gráfico seguinte, construído com a série da média móvel de quatro trimestres da taxa de investimento das Sociedades não-financeiras (medida através do rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto do sector), manteve-se no 1º trimestre de 2010 a trajectória decrescente desta taxa, ainda que menos acentuada que nos períodos recentes anteriores.



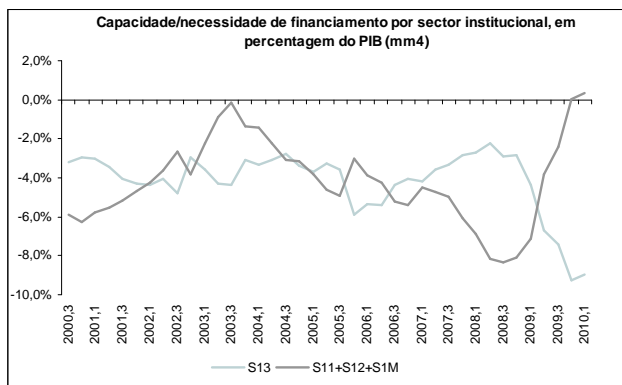
O sector das Sociedades não-financeiras, embora apresentando estruturalmente necessidade de financiamento, registou uma melhoria no seu saldo, que passou de -6,8% do PIB no ano acabado no 4º

trimestre de 2009 para -6,0% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2010, reflectindo sobretudo o decréscimo do investimento.

No sector das Sociedades Financeiras, estima-se que tenha reduzido a sua capacidade de financiamento de 2,5 para 1,6% do PIB, do 4º trimestre de 2009 para o 1º trimestre de 2010, principalmente em resultado da variação significativa do saldo dos rendimentos de propriedade.

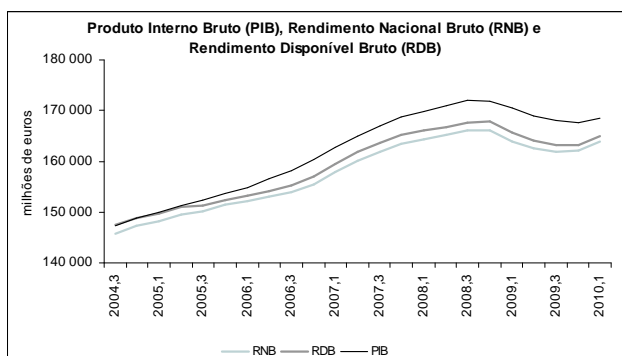
Sector das Administrações Públicas

O sector das Administrações Públicas registou uma melhoria de 0,3 p.p. da necessidade de financiamento, que atingiu 9,0% do PIB, no 1º trimestre de 2010, interrompendo a tendência de agravamento que se vinha verificando desde o 1º trimestre de 2009. Esta evolução no 1º trimestre de 2010 está sobretudo associada a uma redução menos intensa dos impostos sobre o rendimento e património. O sector das Administrações Públicas é o que apresenta a maior necessidade de financiamento que parece evoluir com alguma simetria face ao saldo do conjunto dos outros sectores da economia, como se pode observar no gráfico seguinte. É de referir que, embora marginalmente, o saldo conjunto dos outros sectores foi positivo no 1º trimestre 2010.



Total da Economia

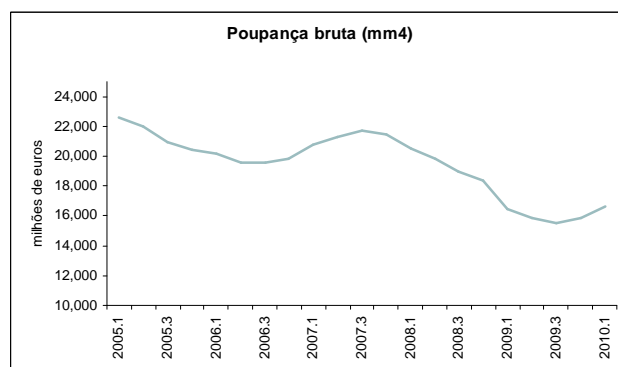
O Rendimento Nacional Bruto (RNB) apresentou em termos nominais, no ano terminado no 1º trimestre de 2010, uma taxa de variação em cadeia superior à do PIB em 0,5 p.p., reflectindo sobretudo a redução registada no défice dos rendimentos primários com o exterior, atenuando-se um pouco a diferença entre os dois agregados.



O saldo positivo das transferências correntes com o exterior no 1º trimestre de 2010 registou uma redução o que conduziu a uma aproximação do Rendimento Disponível Bruto da nação (RDB) ao RNB.

A despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das

Administrações Públicas) registou um aumento no 1º trimestre de 2010 mas com uma taxa de variação em cadeia inferior em 4,6 p.p. à do RDB. Em consequência, e à semelhança do período anterior, verificou-se uma recuperação da poupança bruta corrente da economia, como é visível no gráfico seguinte.



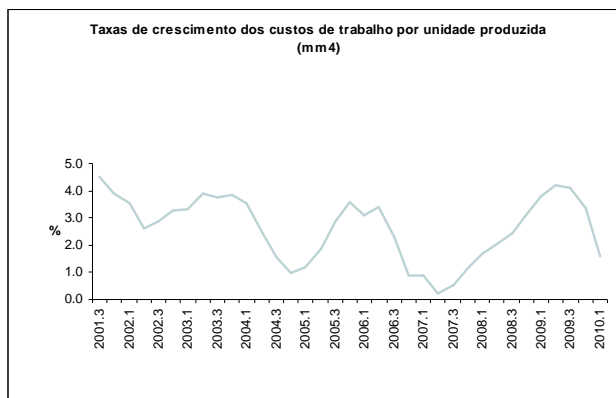
O saldo das transferências de capital com o exterior, onde se destaca o efeito dos fundos estruturais, apresentou um decréscimo, ainda que menos significativo que o do período anterior. A redução do saldo das transferências de capital foi no entanto acompanhada pela diminuição do investimento, permitindo assim que a recuperação da poupança bruta corrente se traduzisse num decréscimo da necessidade de financiamento externo da economia em percentagem do PIB, como se pode ver no quadro seguinte.

unidade: % do PIB

ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade de liquida de financiamento
2007T4	12,7	1,2	22,8	-8,9
2008T1	12,1	1,3	22,9	-9,6
2008T2	11,6	1,2	23,2	-10,4
2008T3	11,0	1,1	23,4	-11,2
2008T4	10,7	1,2	22,9	-11,0
2009T1	9,7	0,9	22,1	-11,5
2009T2	9,4	1,2	21,1	-10,6
2009T3	9,2	1,2	20,2	-9,8
2009T4	9,4	1,1	19,8	-9,3
2010T1	9,9	1,1	19,6	-8,7

Remunerações e custos de trabalho por unidade produzida (CTUP)

Reflectindo simultaneamente a desaceleração da remuneração média na economia e os ganhos de produtividade registados no 1º trimestre de 2010, os CTUP nominais acentuaram a trajectória de abrandamento iniciada no 3º trimestre 2009.



NOTAS:

Contas Nacionais Portuguesas – Base 2006

Conclui-se, com este Destaque, o processo de mudança das Contas Nacionais Portuguesas da base 2000 para a base 2006. As principais alterações, bem como o seu impacto nos principais agregados, nomeadamente, no PIB, foram indicadas no Destaque de 9 de Junho passado, exclusivamente dedicado a esta mudança. Com a informação divulgada neste Destaque é possível também avaliar o impacto nos principais indicadores das Contas por Sector Institucional.

Assim, no que se refere à necessidade de financiamento externo da economia (gráfico 1), as alterações neste saldo têm repercussão na capacidade/necessidade de financiamento dos sectores das famílias (gráfico 2) e das sociedades (gráfico 3), visto que, em termos relativos, as alterações no saldo das Administrações Públicas são pouco significativas (gráfico 4).

Deve-se referir que os resultados para os trimestres de 2008 a 2010 podem ainda ser sujeitos a revisões quer devido a alteração da informação de base quer em consequência da compilação de contas anuais.

Gráfico 1: Necessidade de Financiamento - S1

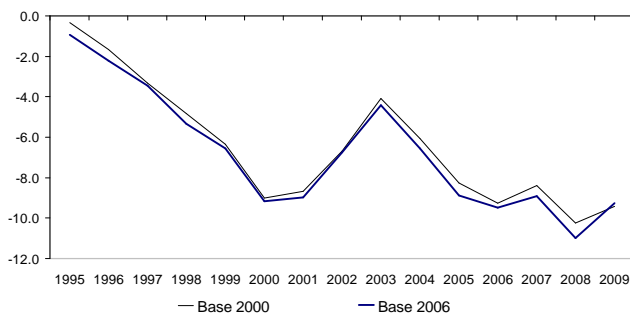


Gráfico 2: Necessidade de Financiamento - S11+S12

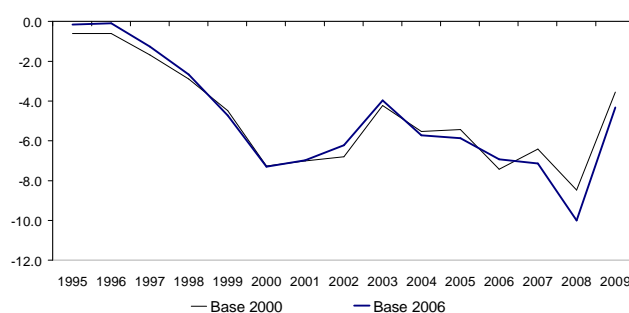


Gráfico 3: Necessidade de Financiamento - S13

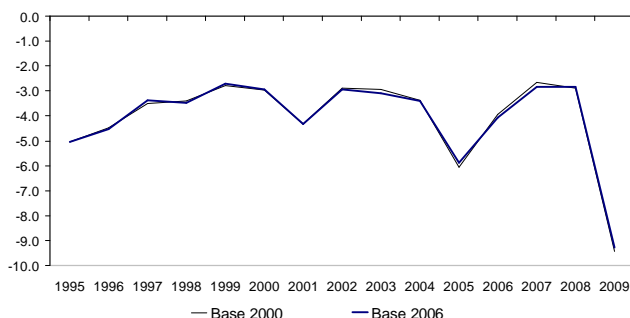
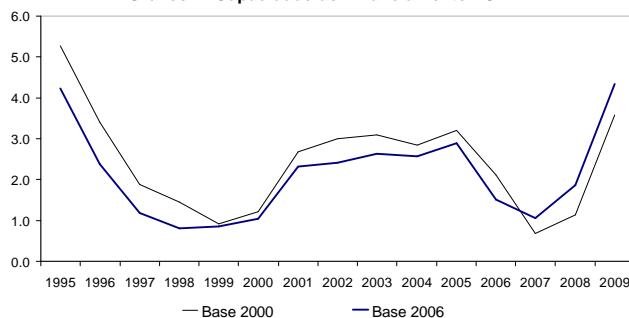


Gráfico 4: Capacidade de Financiamento - S1M



Programa de transmissão das Contas Trimestrais por Sector Institucional

As Contas Trimestrais por Sector Institucional são reportadas 90 dias após o trimestre de referência, de acordo com o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho N.º: 1161/2005 e o programa de transmissão SEC95, actualizado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e Conselho (CE) N.º: 1392/2007 de 13 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento do Conselho (CE) N.º: 2223/96 no que respeita à transmissão de dados de contas nacionais.

Este programa de transmissão abrange as operações e saldos, não ajustados de sazonalidade, que a seguir se listam, que são compilados para os sectores, **Sociedades não financeiras (S11)**, **Sociedades financeiras (S12)**, **Administrações Públicas (S13)**, **Famílias e Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S1M)**, **total da economia (S1)** e **Resto do Mundo (S2)**:

- Operações sobre bens e serviços (P):

P.1	Produção
P.2	Consumo intermédio
P.3	Despesa de consumo final
P.31	Despesa de consumo individual
P.32	Despesa de consumo colectivo
P.4	Consumo final efectivo
P.41	Consumo efectivo individual
P.42	Consumo efectivo colectivo
P.5	Formação bruta de capital
P.51	Formação bruta de capital fixo
P.52	
	Variação de existências
P.53	Aquisições líquidas de cessões de objectos de valor
P.6	Exportação de bens e serviços
P.61	Exportação de bens
P.62	Exportação de serviços
P.7	Importação de bens e serviços
P.71	Importação de bens
P.72	Importação de serviços

- Operações de distribuição (D)

D.1	Remunerações dos empregados
D.11	Ordenados e salários
D.12	Contribuições sociais dos empregadores
D.121	Contribuições sociais efectivas dos empregadores
D.122	Contribuições sociais imputadas dos empregadores
D.2	Impostos sobre a produção e a importação
D.21	Impostos sobre os produtos
D.29	Outros impostos sobre a produção
D.3	Subsídios
D.31	Subsídios aos produtos
D.39	Outros subsídios à produção
D.4	Rendimentos de propriedade
D.41	Juros
D.42	Rendimentos distribuídos das sociedades
D.43	Lucros de investimento directo estrangeiro reinvestidos
D.44	Rendimentos de propriedade atribuídos aos detentores de apólices de seguros
D.45	Rendas

D.5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc.
D.6	Contribuições e prestações sociais
D.61	Contribuições sociais
D.62	Prestações sociais excepto transferências sociais em espécie
D.63	Transferências sociais em espécie
D.7	Outras transferências correntes
D.71	Prémios líquidos de seguros não-vida
D.72	Indemnizações de seguros não-vida
D.73	Transferências correntes entre administrações públicas
D.74	Cooperação internacional corrente
D.75	Transferências correntes diversas
D.8	Ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões
D.9	Transferências de capital
D.91	Impostos de capital
D.92	Ajudas ao investimento
D.99	Outras transferências de capital
D.92	Subsídios ao investimento
D.99	Outras transferências de capital

- Outros registos de acumulação (K)

K.1	Consumo de capital fixo
-----	-------------------------

- Saldos (B)

B.1	Valor acrescentado / B.1* Produto interno
B.2/B.3	Excedente de exploração/ Rendimento misto
B.5	Saldo dos rendimentos primários / B.5* Rendimento nacional
B.6	Rendimento disponível
B.7	Rendimento disponível ajustado
B.8	Poupança
B.9	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
B.10	Variações do património líquido
B.10.1	Variações do património líquido resultantes de poupança e de transferências de capital
B.11	Saldo externo de bens e serviços
B.12	Saldo externo corrente

Esta informação está disponível e pode ser obtida mediante solicitação.